

HABEAS CORPUS Nº 565.527 - AC (2020/0059635-6)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
ADVOGADOS : DION NÓBREGA LEAL - AC000681
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : ALTEMAR COSTA DE SALES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado pela Defensoria Pública em favor de ALTEMAR COSTA DE SALES, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Acre**, nos autos da apelação criminal n. 0000456-50.2017.8.01.0001.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, em primeira instância, às penas de 19 (dezenove) anos, 2 (dois) meses e 12 (doze) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 50 (cinquenta) dias-multa, em razão da prática de crimes previstos nos art. 157, §2º, incisos I, II e V do Código Penal (por duas vezes), como também no art. 244-B do ECA, todos na forma do artigo 70 (primeira parte) do Código Penal (fls. 131-144).

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação perante o eg. Tribunal de origem, que, por unanimidade, deu parcial provimento ao apelo defensivo para reduzir a pena do paciente para 17 anos, 3 meses e 10 dias de reclusão, mantidos os demais termos da r. sentença, consoante voto condutor do v. acórdão de fls. 234-250.

Dai o presente **writ**, onde a impetrante alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal na análise negativa das circunstâncias judiciais das consequências do crime, bem como no **quantum** de aumento operado pela elevação da pena-base.

Requer, assim, a concessão da ordem para excluir a valoração

negativa das **consequências do crime**, modificando o **quantum** de aumento incidente na primeira fase da dosimetria, aplicando-se em 1/8 entre o máximo e o mínimo da pena, e se cabível, modificando o regime prisional.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 260-262.

Informações prestadas às fls. 267.

O Ministério Público Federal, às fls. 270-274, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, caso conhecido, pela denegação da ordem, em parecer assim ementado:

"HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. ROUBOS MAJORADOS E CORRUPÇÃO DE MENORES, EM CONCURSO FORMAL. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. FRAÇÃO DE 1/8 PARA CADA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. CRITÉRIO NÃO VINCULANTE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não é cabível habeas corpus substitutivo de recurso, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Justifica-se a valoração negativa das consequências do crime em razão de nova investida intimidadora do agente contra a vítima após a prática delituosa, causando abalo psicológico extra. Precedentes.

3. A fração de aumento de 1/8, para cada circunstância judicial valorada negativamente, é "patamar meramente norteador, que busca apenas garantir a segurança jurídica e a proporcionalidade do aumento da pena, é facultado ao juiz, no exercício de sua discricionariedade motivada, adotar quantum de incremento diverso diante das peculiaridades do caso concreto e do maior desvalor do agir do réu". (precedente do STJ).

4. Parecer pelo não conhecimento do writ. Se acaso conhecido, pela denegação da ordem" (fl. 270).

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para a proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Desta forma, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Transcrevo, **inicialmente**, a fim de delimitar a **quaestio**, o seguinte excerto da r. sentença, confirmada pelo Tribunal de origem, sobre o tema:

"4. DOSIMETRIA DA PENA

Por imperativo legal, nos termos do art. 68 do Código Penal Pátrio, passo a individualizar a reprimenda do condenado, iniciando o processo trifásico pela fixação da pena base de acordo com o art. 59 do mesmo Estatuto Repressor.

4.1. Dosimetria – Roubo em desfavor da vítima Lourane Correia Valdez: a) Pena base:

1. culpabilidade: A reprovabilidade da conduta foi acentuada, tendo em vista que o réu era vizinho e conhecia a vítima desde a infância, como também, após a prática delitiva tentou dissimular e intimidar-la para que ela não realizasse o reconhecimento com precisão, razão pela qual tal circunstância merece ser negativamente valorada.

2. antecedentes: O réu é multireincidente, ostenta várias

condenações por tráfico de drogas e roubo majorado, conforme certidão acostada às pp. 65/68, autos: 0011772-75.2008.8.01.0001, razão pela qual valoro negativamente.

3. *conduta social*: Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social, razão pela qual nada a considerar.

4. *personalidade do agente*: Poucos elementos se coletaram sobre a personalidade do agente, razão pela qual nada a considerar.

5. *motivos*: O motivo do crime está relacionado ao propósito de obtenção de lucro fácil, inerente ao tipo penal, não servindo de causa a exasperar a pena-base.

6. *circunstâncias*: As circunstâncias do crime foram anormais a espécie, tendo em vista que as vítimas permaneceram rendidas por 02h30min, como também, estavam presentes os filhos da vítima, duas crianças de 03 anos e 12 anos, o que acarretou em grande período de temor por suas vidas.

7. *consequências*: **As consequências do crime merecem ser valoradas tendo em vista que após o fato a vítima foi ameaçada e coagida e mudar seu depoimento, como também, não conseguiu recuperar absolutamente nenhum bem.**

8. *comportamento da vítima*: A atitude da vítima em nada contribuiu no cometimento dos delitos, razão pela qual, não há de se considerar.

Considerando as circunstâncias apontadas, fixo ao réu a pena-base acima do seu mínimo legal, em 10 (dez) anos de reclusão.

b) *Circunstâncias atenuantes e agravantes*: Não concorrem circunstâncias atenuantes.

Incide a agravante da reincidência prevista no art.61, inciso I, do Código Penal, tendo em vista que o réu é multireincidente específico conforme consta certidão de antecedentes(pp.65/68), autos:0007393-52.2012, 0008573-06.2012 e 0012803-91.2012, razão pela qual, fixo a pena intermediária em 12 (doze) anos de reclusão.

c) *Causas de aumento e de diminuição*:

Não consta causa de diminuição da pena em favor do réu razão, porém, incide a causa de aumento da pena relativa ao emprego de arma de fogo, pela qual, torno definitiva e concreta em 16 (dezesseis) anos de reclusão

d) *Pena de multa* Em caráter cumulativo, condena-se, ainda, o acusado ao pagamento de 50 (cinquenta) dias-multa, observando-se, para tanto, as diretrizes do Art. 59 do Código Penal, e os demais elementos acima analisados, ao valor de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo cada, cujo recolhimento dar-se-á através de guia própria, até o 11º (décimo primeiro) dia do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de ser lançada na dívida ativa do Estado (Art. 51, do Código Penal).

4.2. Dosimetria – Roubo em desfavor da vítima Jozimar Ferreira da Silva:

a) *Pena base*:

1. *culpabilidade*: A reprovabilidade da conduta foi acentuada, tendo em vista que o réu era vizinho e conhecia a vítima desde a infância,

como também, razão pela qual tal circunstância merece ser negativamente valorada.

2. *antecedentes*: O réu é multireincidente, ostenta várias condenações por tráfico de drogas e roubo majorado, conforme certidão acostada às pp. 65/68, autos: 0011772-75.2008.8.01.0001, razão pela qual valoro negativamente.

3. *conduta social*: Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social, razão pela qual nada a considerar.

4. *personalidade do agente*: Poucos elementos se coletaram sobre a personalidade do agente, razão pela qual nada a considerar.

5. *motivos*: O motivo do crime está relacionado ao propósito de obtenção de lucro fácil, inerente ao tipo penal, não servindo de causa a exasperar a pena-base.

6. *circunstâncias*: As circunstâncias do crime foram anormais a espécie, tendo em vista que as vítimas permaneceram rendidas por 02h30min, como também, estavam presentes os filhos da vítima, duas crianças de 03 anos e 12 anos, o que acarretou em grande período de temor por suas vidas.

7. consequências: As consequências do crime merecem ser valoradas tendo em vista que após o fato a vítima foi ameaçada e coagida e mudar seu depoimento, como também, não conseguiu recuperar absolutamente nenhum bem.

8. *comportamento da vítima*: A atitude da vítima em nada contribuiu no cometimento dos delitos, razão pela qual, não há de se considerar.

Considerando as circunstâncias apontadas, fixo ao réu a pena-base acima do seu mínimo legal, em 10 (dez) anos de reclusão.

b) *Circunstâncias atenuantes e agravantes*:

Não concorrem circunstâncias atenuantes.

Incide a agravante da reincidência prevista no art.61, inciso I, do Código Penal, tendo em vista que o réu é multireincidente específico conforme consta certidão de antecedentes(pp.65/68), autos:0007393-52.2012, 0008573-06.2012 e 0012803-91.2012, razão pela qual, fixo a pena intermediária em 12 (doze) anos de reclusão.

c) *Causas de aumento e de diminuição*:

Não consta causa de diminuição da pena em favor do réu razão, porém, incide a causa de aumento da pena relativa ao emprego de arma de fogo, pela qual, torno definitiva e concreta em 16 (dezesesseis) anos de reclusão.

d) *Pena de multa* Em caráter cumulativo, condena-se, ainda, o acusado ao pagamento de 50 (cinquenta) dias-multa, observando-se, para tanto, as diretrizes do Art. 59 do Código Penal, e os demais elementos acima analisados, ao valor de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo cada, cujo recolhimento dar-se-á através de guia própria, até o 11º (décimo primeiro) dia do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de ser lançada na dívida ativa do Estado (Art. 51, do Código Penal)" (fls. 140-142, grifei).

Inicialmente, cumpre destacar que o refazimento da dosimetria da pena em **habeas corpus** tem caráter excepcional, somente sendo admitido quando se verificar de plano e sem a necessidade de incursão probatória, a existência de manifesta ilegalidade ou abuso de poder.

Do mesmo modo, é certo que a dosimetria da pena deve ser feita seguindo o critério trifásico descrito no art. 68, c/c o art. 59, ambos do Código Penal, cabendo ao Magistrado aumentar a pena de forma sempre fundamentada e apenas quando identificar dados que extrapolem as circunstâncias elementares do tipo penal básico.

Ainda sobre o tema, o ordenamento jurídico não estabelece um **critério objetivo ou matemático para a avaliação das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal**, sendo admissível certa discricionariedade do órgão julgador, desde que baseado em circunstâncias concretas do fato criminoso, de modo que a motivação do édito condenatório ofereça garantia contra os excessos e eventuais erros na aplicação da resposta penal.

Nesse sentido:

[...]

DOSIMETRIA DA PENA. PENA-BASE MAJORADA COM BASE EM CIRCUNSTÂNCIAS GENÉRICAS E ABSTRATAS. AFASTAMENTO. AGRAVANTE. FRAÇÃO DE AUMENTO. REDIMENSIONAMENTO. DIAS-MULTA. ADEQUAÇÃO. COAÇÃO ILEGAL EVIDENCIADA. CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO.

1. Na condenação, atento às peculiaridades do caso, deve o magistrado sentenciante guiar-se pelas oito circunstâncias relacionadas no "caput" do artigo 59 do Código Penal, inexistindo critério puramente objetivo ou matemático, uma vez que é admissível certa discricionariedade do órgão julgador.

2. Todavia, para tanto, exige-se que sejam apontadas circunstâncias concretas do fato criminoso, pois é justamente a motivação da sentença que oferece garantia contra os excessos e eventuais erros na aplicação da resposta penal.

[...]

4. O entendimento jurisprudencial predominante nesta Corte é no sentido de admitir 1/6 como fração-guia para o aumento na segunda fase do cálculo da pena, permitindo, contudo, que em situações específicas e com a devida fundamentação o magistrado aplique aumento ou diminuição em patamar diverso, circunstância inexistente in casu, razão pela qual redimensiona-se a reprimenda nessa etapa do cálculo.

5. Agravo regimental a que se nega provimento. Habeas Corpus concedido de ofício para redimensionar a pena privativa de liberdade, adequando-se a pena de multa imposta (AgRg no AREsp 1058993/MA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 15/06/2018).

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO TRIPLAMENTE MAJORADO. PENA-BASE. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. ABALO PSICOLÓGICO DE EXTREMA GRAVIDADE PARA AS VÍTIMAS. PENA INTERMEDIÁRIA. PREVALÊNCIA DA MENORIDADE RELATIVA SOBRE A AGRAVANTE DO ART. 61, 'H', DO CÓDIGO PENAL. PLURALIDADE DE HIPÓTESES MAJORANTES DO ROUBO. CRITÉRIO MERAMENTE MATEMÁTICO. ILEGALIDADE. OCORRÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA DO QUANTUM DE AUMENTO DOSADO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 443/STJ. CONCURSO FORMAL. REGRA DA EXASPERAÇÃO. LIMITAÇÃO PELA CONCURSO MATERIAL BENÉFICO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. A individualização da pena é submetida aos elementos de convicção judiciais acerca das circunstâncias do crime, cabendo às Cortes Superiores apenas o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, a fim de evitar eventuais arbitrariedades. Dessarte, salvo flagrante ilegalidade, o reexame das circunstâncias judiciais e os critérios concretos de individualização da pena mostram-se inadequados à estreita via do writ, pois exigiriam revolvimento probatório.

[...]

11. Habeas corpus não conhecido. Ordem

concedida, de ofício, para reduzir a pena final do paciente para 8 anos e 1 mês de reclusão, mantendo-se o regime de cumprimento de pena fechado (HC 401.764/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 14/12/2017).

Na hipótese dos autos, inexistente constrangimento ilegal a ser sanado na estreita via do **mandamus**, na primeira fase da dosimetria, uma vez que a r. sentença condenatória, nesse ponto, mantida pelo eg. Tribunal de origem, dosou detidamente a pena aplicada ao paciente, tendo sido valorada negativamente as **circunstâncias do crime** com base em fundamentação concreta, sobretudo considerando que as vítimas foram ameaçadas e coagidas a mudarem seus depoimentos, além de não recuperarem nenhum bem produto da ação criminosa perpetrada pelo paciente, de modo que a execução do delito extrapolou o exigido pelo tipo penal básico. A propósito:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO QUALIFICADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. MOTIVAÇÃO ADEQUADA. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. ELEVAÇÃO DA PENA EM 1/4 (UM QUARTO). DESPROPORCIONALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. DOSIMETRIA REFEITA. REGIME INICIAL FECHADO. POSSIBILIDADE. PENA SUPERIOR A 4 ANOS. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. É certo que a dosimetria da pena deve ser feita seguindo o critério trifásico descrito no art. 68, c/c o art. 59, ambos do Código Penal, cabendo ao Magistrado aumentar a pena de forma sempre fundamentada e apenas quando identificar dados que extrapolem as circunstâncias elementares do tipo penal básico.

No caso, a valoração negativa da circunstância do crime está devidamente fundamentada, porquanto os elementos apresentados são acidentais e não integram a estrutura do tipo penal, pois destacam o modus operandi empregado, que revela a maior gravidade do crime. A forma ousada dos pacientes que deixaram as vítimas presas no banheiro enquanto reviravam a casa toda, extrapola as condições próprias do tipo de roubo e evidenciam a maior reprovabilidade do crime praticado.

3. Presente apenas uma circunstância judicial negativa, a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça tem entendido adequada e suficiente a exasperação da pena-base no patamar de 1/6 (um sexto) da reprimenda mínima. Refeita a dosimetria.

[...]

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reformar a sentença condenatória e o acórdão impugnado, a fim de redimensionar a pena do paciente IGOR ALVES DE SOUZA para 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão e do paciente JORGE CLEI MELLO DA SILVA para 5 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão, mantidos os demais parâmetros fixados pela Corte estadual (HC 449.270/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 28/08/2018).

Ademais, restou exaustivamente fundamentada a valoração negativa das consequências do crime, porquanto o vultoso prejuízo causado às vítimas – **"roupas, 04 (quatro) aparelhos celulares; 01 (uma) bicicleta, marca Poti; 01 (uma) televisão; 01 (uma) botija de gás; 01 Ta C; artigos de perfumaria, dentre outros itens, descritos no BO n° 156/2016"** - ,restando, pois, devidamente justificada a majoração da pena conforme consignado pelas instâncias ordinárias. Sobre o tema, confirmam-se:

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBOS MAJORADOS. DOSIMETRIA. CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. MOTIVAÇÃO IDÔNEA DECLINADA PARA A MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. DESPROPORCIONALIDADE DO AUMENTO NÃO EVIDENCIADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. A individualização da pena é submetida aos elementos de convicção judiciais acerca das circunstâncias do crime, cabendo às Cortes Superiores apenas o controle da

legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, a fim de evitar eventuais arbitrariedades. Dessarte, salvo flagrante ilegalidade, o reexame das circunstâncias judiciais e os critérios concretos de individualização da pena mostram-se inadequados à estreita via do habeas corpus, pois exigiriam revolvimento probatório.

2. No caso, conquanto tenha tecido considerações acerca de outras vetoriais do art. 59 do CP, o Magistrado processante limitou-se a exasperar as penas-base a título de circunstâncias e as consequências dos crimes, sem que se possa depreender flagrante ilegalidade no cálculo dosimétrico.

3. Para fins do art. 59 do Código Penal, as circunstâncias do crime devem ser entendidas como os aspectos objetivos e subjetivos de natureza accidental que envolvem o fato delituoso. In casu, no primeiro crime, o decreto condenatório demonstrou que o modus operandi do delito revela gravidade concreta superior à ínsita aos crimes de roubo majorado, já que as vítimas foram constantemente ameaçadas e aterrorizadas, inclusive com a realização de vários disparos de arma de fogo no interior do ônibus, em direção ao teto, tendo um dos passageiros recebido uma coronhada na cabeça. Ademais, ambos os delitos foram minuciosamente premeditados, o que denota, de per si, o maior desvalor das condutas do réu, permitindo, a toda evidência, a valoração negativa das circunstâncias do crime.

4. Em relação às consequências do crime, que devem ser entendidas como o resultado da ação do agente, a avaliação negativa de tal circunstância judicial mostra-se eskorreita se o dano material ou moral causado ao bem jurídico tutelado se revelar superior ao inerente ao tipo penal. In concreto, quanto ao primeiro delito, percebe-se que os passageiros do veículo, além de terem sofrido grande prejuízo, já que foram despojadas de todo o dinheiro que detinham para a realização de compras no Paraguai, além de terem sido abandonadas em lugar ermo. No segundo crime, o valor da res furtivae, avaliada em mais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) permite, da mesma forma, o incremento da reprimenda pelas consequências do delito.

[...]

6. Writ não conhecido (HC 446.873/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 30/05/2018).

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. ROUBO E EXTORSÃO. ABSOLVIÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPROPRIEDADE

NA VIA ELEITA. DOSIMETRIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA O INCREMENTO DAS PENAS-BASE. PATAMAR MÍNIMO DE AUMENTO PELA INCIDÊNCIA DAS DUAS MAJORANTES DO CRIME DE ROUBO. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO SUPERIOR. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INCIDÊNCIA DA FRAÇÃO MÍNIMA PELA CAUSA DE AUMENTO DO CRIME DE EXTORSÃO. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Se as instâncias ordinárias, mediante valoração do acervo probatório produzido nos autos, entenderam, de forma fundamentada, ser o réu autor do crime de roubo, a análise das alegações concernentes ao pleito de absolvição demandaria exame detido de provas, o que não se coaduna com a via do writ.

3. A individualização da pena é submetida aos elementos de convicção judiciais acerca das circunstâncias do crime, cabendo às Cortes Superiores apenas o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, a fim de evitar eventuais arbitrariedades. Destarte, salvo flagrante ilegalidade, o reexame das circunstâncias judiciais e os critérios concretos de individualização da pena mostram-se inadequados à estreita via do habeas corpus, pois exigiriam revolvimento probatório.

[...]

7. As consequências do crime consistem no resultado da ação do agente. Assim, se o dano material ou moral causado ao bem jurídico tutelado se revelar superior ao inerente ao tipo penal admite-se o incremento da pena pelo vetor "consequências do crime". In casu, conquanto o prejuízo suportado pelas vítimas seja inerente aos crimes contra o patrimônio, o trauma a elas causado, que não pode ser confundido com abalo emocional momentâneo, constituiu motivação válida para o aumento da pena-base.

[...]

11. Writ não conhecido (HC 411.765/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 17/10/2017).

Por **fim**, no tocante à fração de aumento para cada circunstância judicial desfavorável, **reitero** que: "*A ponderação das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não é uma operação aritmética em que se dá pesos absolutos a cada uma delas, a serem extraídas de cálculo matemático, levando-se em conta as penas máxima e mínima cominadas ao delito cometido pelo agente, mas sim um exercício de discricionariedade vinculada que impõe ao magistrado apontar os fundamentos da consideração negativa, positiva ou neutra das oito circunstâncias judiciais mencionadas no art. 59 do CP e, dentro disso, eleger a reprimenda que melhor servirá para a prevenção e repressão do fato-crime*" (AgRg no HC n. 188.873/AC, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, julgado em 8/10/2013, DJe de 16/10/2013).

Diante de tais considerações, portanto, não se vislumbra a existência de qualquer flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, não conheço do **habeas corpus**

P. e I.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator